

UMA VISÃO GERAL DA ESTRATÉGIA

General ANDRÉ BEAUFRE

(Exército Francês)

Traduzido pelo Cel Obino Lacerda Alvares
— com autorização pessoal do autor — do "Bulletin Trimestriel" de L'Association Des Amis de L'École Supérieure de Guerre (Jan 64).

(Ver Nota no final.)

I

Numerosas são as pessoas que praticam estratégia mais ou menos inconscientemente, do mesmo modo que M. Jourdain fazia prosa sem o saber. Contudo, à diferença de M. Jourdain, é muito mais difícil fazer boa estratégia, que boa prosa, tanto mais que se o nome "estratégia" é empregado com frequência, as realidades que êle recobre são geralmente ignoradas. Certamente é um dos termos correntes cujo significado é dos menos conhecidos.

As razões dêsse desconhecimento são diversas. Essa antiquíssima palavra designou, durante muitos séculos, a ciência e a arte do Comandante-em-Chefe, o que, evidentemente, se referia apenas a um pequeno número de pessoas. Tal conceito se transmitia de um modo mais ou menos esotérico, a cada geração, pelo exemplo que davam os Comandantes de renome, um pouco como "tours de main" dos peritos dos diversos ofícios. Como a guerra evoluía lentamente, essa maneira de fazer, demasiado empírica, era satisfatória no conjunto, ainda que a guerra fôsse infinitamente mais complexa que a arquitetura, por exemplo.

Ao contrário, nos períodos de evolução, a aplicação dos "tours de main" tradicionais se evidenciou ineficaz. A conduta das operações punha então, em evidência, enigmas aparentemente insolúveis, não somente ao Príncipe ou ao Marechal mas, sobretudo, ao conjunto das elites. A cada um dos períodos, correspondia um movimento intelectual relativo à estratégia, cujo sentido profundo, aliás, sempre estêve de acôrdo com a mentalidade da época. A Renascença procurou os segredos da nova guerra em Végèce e nos historiadores antigos; o Século XVIII extrairá da razão pura o sistema de idéias que Napoleão aplicará magistralmente; o Século XIX, ainda espantado com o sucesso de Napoleão, acreditará ter encontrado ali a solução de seus problemas, mas estruturará, principalmente com Clausewitz, uma grande teoria filosófico-social, intermediária entre Kant e Karl Marx, cujas interpretações românticas não terão sido estranhas à forma, além dos limites, das guerras do Século XX.

Entretanto, nesse último século, de grandes mutações, a estratégia sofreu grave eclipse num momento crucial: a estabilidade de 1914-1918 foi julgada como "fracasso da estratégia", ainda que tal fato represente

a "falência de uma estratégia". Sobretudo na França (e a França exerce uma influência considerável neste momento) a estratégia aparece como ciência desvalorizada, uma maneira de encarar a guerra que não se coaduna com a evolução, a qual parece dar precedência ao material sobre os conceitos, às potencialidades sobre a manobra, à indústria e à ciência sobre a filosofia. Essa atitude, de aparência realista, leva a considerar "os estrategistas" como retardados pretensiosos e a concentrar os esforços sobre a tática e sobre o material, no preciso momento em que a rapidez da evolução exige uma visão de conjunto particularmente elevada e penetrante, que somente a estratégia pode dar. A derrota militar da França foi o resultado, assim como a vitória incompleta da Alemanha, devidas ambas a apreciações errôneas, porque muito estreitas. O desmoronamento do império mundial da Europa, que veio a seguir, deixa subsistir apenas dois gigantes, Estados Unidos e Rússia. O antagonismo entre ambos, tornado terrificante pela arma nuclear, recolocou em primeiro plano os problemas da paz e da guerra, sem que exista conceito algum aparentemente capaz de resolvê-los. Inculpa-se disso à novidade da arma atômica, mas não nos damos conta de que é a ausência de uma teoria geral que nos impede de prever e dominar a evolução. Do lado soviético procura-se desde logo apegar-se ao marxismo, formulando-se sob Stalin uma teoria de guerra total, de fundamento sociológico, que não resistirá aos progressos da técnica. Do lado americano, sob o signo nominal de Clausewitz, seus líderes lançaram-se inteiramente na solução de uma cascata de problemas técnicos, de inspiração tática; todavia, a importância do assunto atrai a atenção dos meios intelectuais que, de acordo com a mentalidade científica contemporânea, fundam a pesquisa das soluções sobre tesouros de análise. Brevemente, cada universidade americana possuirá um instituto de pesquisa bem equipado. Pilhas e pilhas de livros se acumularão, caracterizando um arcabouço abstrato, de complicação quase escolástica, de onde apontarão pouco a pouco certos elementos essenciais da estratégia de conjunto, necessária à nossa época. Entretanto, esse intenso movimento de idéias penetra lentamente na Europa, onde nos contentamos em geral, após algumas leituras sem compromisso, com adotar o vocabulário e o material americanos, porque se acredita, ainda sem dizê-lo claramente, na supremacia do material sobre as idéias.

Malgrado, por exemplo, Raymond Aron na França ou Liddell Hart na Inglaterra, a estratégia não chegou ao grande público, nem mesmo, verdadeiramente, ao meio militar, onde se continua a pensar em termos de técnica e de tática. Entretanto, a importância do fato atômico, como os resultados decepcionantes das campanhas da Indochina, do Egito e da Argélia, fazem sentir mais ou menos confusamente a necessidade de uma melhor compreensão dos fenômenos relativos à guerra. A estratégia, condenada em 1915, deverá conhecer, normalmente, um novo período de florescimento.

II — ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Que é estratégia? Se partirmos da antiga noção de estratégia militar, diremos que é a arte de empregar forças militares para atingir os objetivos fixados pela política. Essa definição, que pouco se afasta dos termos de Clausewitz, é a mesma que Liddel Hart formulou ainda há alguns anos atrás. Raymond Aron, em livro recente, a readotou quase que textualmente.

Do meu ponto de vista, tal definição é demasiado restrita, pois que se refere apenas a forças militares e eu, de minha parte, a redigiria assim: "é a arte de levar a força a concorrer para a obtenção dos objetivos da política." Ela apresenta, de outra parte, um outro inconveniente: refere-se ao conjunto da arte militar. Ora, já é tradicional compartimentar essa arte em "estratégia" e "tática". Mais recentemente passou-se a reconhecer uma outra subdivisão — a logística. Se estratégia não é tática nem é logística, afinal o que ela é? A tática tem conceito preciso: arte de empregar as armas no combate, para obter o melhor rendimento. A logística é a ciência dos transportes e dos suprimentos. Ambas se relacionam "à combinação de coisas materiais" e apresentam uma característica científico-concreta que as torna análogas à arte do engenheiro.

Se recordarmos a frase de Napoleão, que se reportando a uma citação de Lloyd, opunha "a parte divina" à "combinação de coisas materiais", poderemos dizer, então, que a estratégia é a parte divina. Daí, a conferir-lhe a centelha do gênio, não há mais que um passo, freqüentemente tentado por muitas pessoas. Mas o gênio, muitas vezes, nada mais é que o produto de uma demorada espera. Divina ou não, a estratégia deve ser enquadrada em termos de conceitos e submissa a um processo de raciocínio. Que será ela, portanto, se não está situada no plano das causas materiais nem pertencente ao campo da política?

Creio, como disse Foch, que a essência da estratégia encontra-se no jogo abstrato que resulta da luta entre duas vontades. É a arte que, independente de qualquer técnica, permite dominar os problemas presentes em todo duelo, ensejando o emprego das técnicas com o máximo de eficácia.

E, portanto, a arte da dialética das forças ou, ainda mais exatamente, a arte da dialética das vontades, que empregam a força para resolver seus conflitos.

Essa definição poderá parecer muito abstrata e geral. Mas é justamente nesse nível que convém situar a estratégia, se quisermos compreender seus mecanismos de cerebração e as leis que nêles podemos descobrir.

FINALIDADE DA ESTRATÉGIA

Aliás, ao abordarmos o que seja a finalidade da estratégia, veremos mais claramente a justeza dessa definição.

Pode-se admitir que a finalidade da estratégia é atingir os objetivos fixados pela política, utilizando os meios disponíveis, do melhor modo possível.

Ora, êsses objetivos podem ser ofensivos (conquistar, impor a aceitação de tais ou quais condições prejudiciais), defensivos (proteger o território ou interesses de vulto) ou mesmo visar o "statu quo" político.

Vê-se pois que fórmulas como a atribuída a Clausewitz, de "decisão pela batalha vitoriosa" — por exemplo — não podem ser aplicadas a todos os objetivos. Ao contrário, a única lei geral que engloba todos êles é aquela que, descartada de tôda noção do meio segundo o qual será obtida a decisão, considera apenas a própria essência da decisão procurada. Esta decisão consiste na aceitação, pelo adversário, das condições que lhe queremos impor. Nessa dialética de vontades, a decisão é um evento de ordem psicológica que se quer produzir no ânimo do adversário: convencê-lo de que engajar-se na luta ou prosseguir-la será inútil.

Naturalmente que êsse resultado pode ser obtido pela vitória militar. Muitas vezes, entretanto, ela não é obrigatória, sendo frequentemente irrealizável, como foi o caso dos guerrilheiros argelinos, enquanto que outros meios podem ser eficazes, como muito bem se viu na Argélia.

Retomando o problema sôbre terreno adequado — o da psicologia do adversário — ficaremos em condições de avaliar corretamente os fatores decisivos. Encontrar-nos-emos assim, de um só golpe, num sistema de idéias que engloba seja a vitória militar, seja a nova estratégia de dissuasão nuclear.

Analizando Clausewitz, Lenine deu uma definição muitas vezes citada, que reconhece integralmente o caráter psicológico da decisão: "retardar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne possível e fácil dar-lhe o golpe de graça". Ele pensava em termos revolucionários e encarava a ação política como uma espécie de preparação de artilharia, de caráter moral. Justamente o inverso da concepção militar romântica de Clausewitz, na qual a moral do inimigo era quebrada por meio de uma vitória militar.

A fórmula geral parece também ser a seguinte: obter a decisão, criando e explorando uma situação que leva à desintegração moral do adversário, suficiente para obrigá-lo a aceitar as nossas condições.

Essa é justamente a idéia geral da dialética das vontades.

MEIOS DE ESTRATÉGIA

O estudo dos meios da estratégia permite colocar ainda mais em evidência a forma de raciocínio que lhe é própria. Para obter a decisão, a estratégia disporá de um conjunto de meios materiais e morais que vão do bombardeio nuclear à propaganda ou ao tratado de comércio.

A arte consistirá em escolher alguns dentre os meios disponíveis e combinar sua ação para que conduzam a um mesmo resultado psicológico, suficientemente eficaz para produzir o efeito moral decisivo.

A escolha dos meios vai depender duma análise comparada entre as vulnerabilidades do adversário e nossas próprias possibilidades.

Para analisá-las é necessário concluir sobre o efeito moral decisivo. A quem queremos convencer? Em síntese, queremos convencer os governantes adversários; entretanto, conforme seja o caso, será mais fácil atuar ora diretamente sobre os dirigentes, empregando aqueles argumentos que os hão de sensibilizar (Chamberlain em Bad-Godsberg ou em Munich); ora agir indiretamente sobre tal ou qual parte influente de sua opinião pública, que exerce controle sobre o governo, ou sobre um governante aliado que desfrute forte influência, ou sobre a ONU, por exemplo. Se o risco é fraco, tais pressões podem ser suficientes. Se, ao contrário, o risco é mais importante, as ações de força podem tornar-se necessárias.

Ainda aí, a escolha dos meios deve ser perfeitamente adequada às possibilidades amigas e às vulnerabilidades do adversário: a vitória militar clássica pode estar fora de nosso alcance, por exemplo, ou ser demasiado perigosa. Nesse caso, que meios devemos escolher? Um levante revolucionário interno capaz de mudar o governo? (Praga — 1950); pressão econômica conjugada? (sanções econômicas contra a Itália — 1935); ou uma longa campanha de guerrilhas combinadas com ação partida do exterior? (Vietnam e Argélia).

Quais são as ações possíveis, as mais suscetíveis de influir decisivamente sobre a psicologia dos dirigentes inimigos?

Enfim, se se deve empreender uma ação militar, qual será seu objetivo? Tornar-se-á necessário destruir as forças armadas inimigas, segundo a fórmula de Clausewitz? Será possível realizá-lo? Ou será suficiente apenas um sucesso local, como na Criméia, e qual será esse sucesso?

Qual a categoria das forças armadas, ou qual região geográfica, passam a ser decisivas para o adversário? (A marinha e aviação na Inglaterra, ou as forças terrestres na França?) Será indispensável ou será inútil tomar sua capital? Ou bastará apenas a ameaça de sua destruição?

Segundo esse processo analítico poderemos aprofundar o exame, cada vez mais, até encontrarmos os meios ao nosso alcance, capazes de conduzir à decisão.

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Poderemos passar agora à elaboração do plano estratégico. Trata-se de uma dialética. Conseqüentemente, é necessário prever as reações do adversário a cada uma das ações encaradas e conservar a capacidade de resposta a cada uma dessas possibilidades. Tais reações podem ser externas ou internas, morais, políticas, econômicas ou militares. As ações sucessivas e as possibilidades de resposta devem ser organizadas dentro de um sistema que vise à conservação do poder de desenvolver o plano apesar da reação do adversário. Se o plano fôr bem feito não deverá haver riscos. A manobra estratégica que consegue a liberdade de ação deve ser "contra-aleatória". Naturalmente, ela deve encarar com suficiente clareza a seqüência dos acontecimentos que conduzem à decisão, o que, seja dito de passagem, não ocorreu de nosso lado, em 1870, nem em 1939, nem na Indochina nem na Argélia. Acrescentemos ainda que o esquema dialético de dois adversários se complica dentro de uma dada conjuntura internacional. O peso dos aliados e mesmo o dos neutros pode revelar-se decisivo, como em Suez. A Alemanha, por haver mal compreendido a conjuntura, perdeu as duas guerras mundiais, atraindo a hostilidade da Inglaterra por ter invadido a Bélgica e a dos Estados Unidos devido à campanha submarina.

A avaliação correta da liberdade de ação, resultante de uma dada conjuntura internacional, constitui portanto um elemento capital da estratégia, sobretudo agora que o potencial atômico condicionou a interdependência das nações, de um modo extraordinário.

MODELOS ESTRATÉGICOS

Decorrente das circunstâncias e segundo os meios relativos de dois adversários e a importância do risco, o plano estratégico deverá obedecer a diversos modelos, dos quais, a seguir, serão examinados os mais característicos.

1. Se os meios disponíveis são poderosos (ou se a ação encarada pode contar com poderosos meios das nações aliadas) e se o objetivo é modesto, apenas a AMEAÇA de emprêgo desses meios pode obrigar o adversário a aceitar as condições que lhe queremos impor e, ainda mais facilmente, obrigá-lo a renunciar às pretensões alimentadas para modificar o "statu quo" estabelecido. Esse modelo de ameaça direta tem obtido grande voga atualmente, graças à existência da arma atômica que serve de alicerce para a estratégia da dissuasão.

2. Ao contrário, se o objetivo é modesto e não dispomos de meios suficientes para constituir uma ameaça decisiva, procurar-se-á a decisão por meio de ações mais ou menos insidiosas, de caráter político, diplomático ou econômico. Esse modelo de PRESSÃO INDIRETA foi largamente empregado pela estratégia soviética e pela hitleriana, menos por causa da fraqueza de seus meios de coerção, do que em razão da

dissuasão sofrida pela ameaça direta das forças adversárias. É a estratégia adequada ao caso em que a liberdade de ação é restrita.

3. Se a margem de liberdade de ação é estreita, os meios são limitados e o objetivo é importante, buscar-se-á a decisão através de uma série de AÇÕES SUCESSIVAS, combinando, na medida das necessidades, a ameaça direta e a pressão indireta, com ações de força limitadas. Esse modelo de ações sucessivas foi demonstrado por Hitler entre 1935 e 1939, mas só obteve sucesso quando o objetivo pareceu de menor interesse. Ao contrário, quando a "grignotage" (*) se revela capaz de pôr em risco objetivos vitais, ela desemboca necessariamente num conflito de amplas proporções. Com as particularidades devidas à situação insular, a Inglaterra tem praticado geralmente essa estratégia de APROXIMAÇÃO INDIRETA, que Liddell Hart reformulou em nossos dias de um modo muito claro. Ela se adapta particularmente às nações bem protegidas pela natureza, defensivamente fortes, desejosas de obter resultados vantajosos, paulatinamente, só engajando meios reduzidos em suas ações agressivas. As guerras européias do Século XVIII frequentemente tiveram o caráter de aproximação indireta, por ações sucessivas, porque os meios disponíveis eram reduzidos.

4. Se a margem de liberdade de ação é grande e os meios disponíveis são demasiado fracos para obter a decisão militar, pode-se estar obrigado a recorrer ao conflito de LONGA DURAÇÃO, visando à usura moral do adversário e ao seu esgotamento. Para poder "durar", os meios empregados devem ser muito rústicos, mas a técnica do seu emprego — geralmente uma guerra total apoiada sobre a guerrilha generalizada — obrigará o adversário a um esforço tão acentuado, que ele não poderá sustentá-lo indefinidamente. Esse modelo de luta total prolongada, de fraca intensidade militar, tem sido empregado com sucesso nas guerras de descolonização. Seu teórico principal é Mao Tse Tung. Notemos que essa estratégia, que exige um esforço moral considerável do lado do partido que toma a iniciativa, supõe forte elemento passional e uma boa coesão da alma do povo. Ela se adapta melhor, portanto, às guerras de libertação, mas só terá probabilidade de sucesso se o risco for muito desigual entre os dois partidos ou, então, se ela se beneficiar de intervenções armadas, como foi o caso da libertação da Europa em 1945, ou a da Espanha em 1814.

5. Se os meios militares disponíveis são poderosos, procurar-se-á a decisão pela vitória militar num conflito VIOLENTO E CURTO, se possível. A destruição das forças do adversário por meio da batalha pode tornar-se suficiente, sobretudo se o risco não é demasiado vital para o inimigo. Ou então, a ocupação de todo o território, ou de parte dele, deverá materializar a derrota aos olhos da opinião pública, para obrigá-la a admitir as condições impostas. Naturalmente a capitulação

(*) N. R. — "grignotage" — ações de pequenas destruições sucessivas à semelhança da roedura do rato...

moral do vencido poderá ser grandemente facilitada pela existência da quinta coluna, como foi o caso da Revolução Francesa e de Napoleão. Essas quintas colunas poderão mesmo desempenhar papel importante no apoio às operações militares. Tal modelo de conflito violento, visando à vitória militar, corresponde à estratégia clássica do tipo napoleônico. Seu principal teórico — muitas vezes traído por suas exegeses impregnadas de romantismo do tipo wagneriano — é Clausewitz. O conflito violento domina a estratégia européia do Século XIX e a da metade do Século XX. Considerada injustamente como única estratégia ortodoxa, engendrou as duas guerras mundiais, ambas pondo em evidência os limites do conceito CLAUSEWITZ-NAPOLEÔNICO: a decisão só pode ser obtida pela operação de caráter cirúrgico da vitória militar, se as possibilidades militares do momento permitem sua obtenção completa em curto prazo. Ora, essa condição — e nós veremos mais adiante quando tratarmos da estratégia operacional — só existe em certos momentos da evolução tática e das operações. Fora desses períodos favoráveis, a estratégia clausewitziana desemboca em gigantescos conflitos militares, de adversários que se equilibram (estabilização em 1914; vitória alemã continental de 1940, que não pôde franquear o Canal da Mancha e se engajou na impossível campanha da Rússia). A decisão chegará apenas após uma fase de usura recíproca, prolongada e desproporcional aos riscos, em seguida à qual vencedores e vencidos findam o conflito completamente esgotados. É interessante notar, de outro lado, que o esquema já foi aplicado a Napoleão, devido à sua impotência em resolver os problemas inglês e russo. Clausewitz e seus discípulos foram cegados pelas vitórias do Imperador, a ponto de ignorar os seus limites. Tal erro intelectual talvez haja custado à Europa a perda de sua hegemonia no mundo.

CONCLUSÕES

Os cinco exemplos que acabamos de mencionar constituem mais exemplos do que, mesmo, uma exaustiva classificação dos diversos tipos de estratégia. Eles servem sobretudo ao interesse de bem mostrar a diversidade das soluções entre as quais a estratégia deve saber escolher, e permitir uma melhor compreensão do caráter e da originalidade do pensamento estratégico. Enquanto os raciocínios tático e logístico repousam quase exclusivamente sobre um método que visa à aplicação racional dos meios militares, para atingir um determinado fim; enquanto o pensamento político — pode ser admitido — deve apreciar o que a opinião pública deseja, dando preponderância à psicologia e à intuição; o pensamento estratégico deve combinar os dados psicológicos e os materiais, num abstrato e racional trabalho do espírito. Esse trabalho exige grande capacidade de análise e síntese; análise, para reunir os elementos necessários ao diagnóstico; síntese, como elemento indispensável para selecionar o diagnóstico, que em essência é uma opção. Os exemplos apontados permitem igualmente pôr em evidência o erro cometido por

muitos estrategistas que preconizam apenas um tipo de estratégia. Com efeito, cada modelo representa uma teoria particular, apresentada por seu autor ou protagonista como a única, ou como a melhor solução; na realidade, cada um deles é melhor apenas num quadro de condições bem definidas. Por falta de cuidadosa análise dos fatores da estratégia, as escolhas foram muitas vezes orientadas pelo hábito ou por idéias em grande voga. Os conflitos escaparam do domínio dos governantes e produziram catástrofes internacionais. Hoje, quando o mundo atravessa uma crise de adaptação sem precedentes, enquanto forças científicas, industriais e psicológicas fazem irrupção na arte militar, tornou-se mais vital que nunca dispor-se de um método de raciocínio que nos permita conduzir os acontecimentos, ao invés de sermos por eles conduzidos. Daí, a importância e a atualidade da estratégia.

III — AS SUBDIVISÕES DA ESTRATÉGIA

Se a estratégia é uma, por seus objetivos e métodos, na sua aplicação ela se subdivide, necessariamente, em estratégias especializadas, válidas apenas para um domínio particular do conflito. Com efeito, a estratégia deve levar em conta dados materiais cujas características, próprias a cada domínio do conflito, conduzem a um conjunto de conseqüências diferentes, tal seja esse domínio. A estratégia naval — por exemplo — sempre foi diferente da estratégia terrestre.

Encontramo-nos, assim, em presença duma verdadeira pirâmide de estratégias distintas e interdependentes, necessitando de definições precisas para poder-se combiná-las do melhor modo, num feixe de ações visando a um mesmo objetivo de conjunto.

No vértice das estratégias particulares, imediatamente subordinada ao governo e, portanto, à política, reina a ESTRATÉGIA TOTAL, encarregada de conceber a conduta da guerra total. (A expressão “estratégia total” é mais explícita junto à da guerra total, que “grande estratégia”, termo algumas vezes empregado pelos ingleses — Liddell Hart, particularmente — ou que “estratégia nacional”, empregado pelos norte-americanos). Seu papel é definir a missão específica de cada estratégia particular e a combinação delas: estratégia geral política, econômica, diplomática e militar.

A estratégia total, em essência, é a estratégia do Chefe de Estado, assistido por seu chefe de estado-maior da defesa nacional, por seus conselhos ou comitês superiores de defesa. Como vimos nos modelos precedentes, todos situados no nível da estratégia total, a importância relativa dos diversos domínios — político, econômico, diplomático ou militar — varia bastante, de acordo com cada solução. O domínio militar só é preponderante no quinto modelo.

Em cada domínio subordinado, uma estratégia geral — militar, política, econômica ou diplomática — tem por função repartir e combinar

as tarefas das ações conduzidas nos diversos ramos de atividade do domínio considerado. Digamos de passagem que, se existe efetivamente uma estratégia geral militar, destinada a combinar as ações terrestres, aéreas e navais, não existe noção de estratégia geral adotada no campo político (por exemplo: linha política, ação interna, ação externa, propaganda) ou adaptada ao campo econômico (por exemplo: produção, finanças, comércio exterior) ou ao campo diplomático.

Entretanto, é nesses domínios que a estratégia é diariamente praticada, sem uma consciência nítida dessa prática. Devido à falta de um conhecimento consciente dessa matéria, não se pode, como seria de desejar, tirar todo o partido possível duma ação fundamentada sob concepções mais sistemáticas, resultantes de um método de raciocínio melhor estabelecido.

Tôdas essas estratégias ditas "gerais" são as que praticam os Ministros de Estado, ou que as deveriam praticar, assistidos por seus chefes de estado-maior ou por seus secretários-gerais.

Em cada um dos ramos das atividades subordinadas ainda há lugar para uma categoria distinta de estratégia. É nesse nível que se situa a linha de transferência da concepção para a execução, entre o que se quer fazer e o que se deve fazer e o que permitem as condições técnicas.

Essa articulação essencial recebeu dos alemães, no campo militar terrestre, a designação de **ESTRATÉGIA OPERACIONAL**. Aqui, ainda, consciente ou inconscientemente, existe uma estratégia operacional em cada ramo, cujo escopo é não somente conciliar os objetivos escolhidos pela estratégia geral com as possibilidades determinadas pelas táticas ou técnicas do campo considerado, mas sobretudo orientar a evolução das táticas e técnicas para adaptá-las às necessidades da estratégia. Daí concluir-se que a estratégia operacional desempenha papel de capital importância, muitas vezes ignorado. Assim por exemplo, na estratégia clássica terrestre, é no nível da estratégia operacional que intervêm os fatores logísticos e táticos (volume das forças em relação ao espaço; mobilidade tática e estratégica; capacidade ofensiva e defensiva, etc.) e cujo valor relativo determina a forma das operações (guerras de movimento ou estabilização; decisão militar rápida ou usura, etc.), condicionando assim as possibilidades militares da estratégia.

Do mesmo modo, é no nível operacional que se situa a estratégia do tempo de paz, a qual consiste em obter novos armamentos, de melhores características que as do adversário eventual. Esta estratégia que, com a arma atômica, adquire uma importância talvez decisiva, recebeu o nome de **ESTRATÉGIA LOGÍSTICA** ou **ESTRATÉGIA GENÉTICA**. Concebendo-a como uma verdadeira estratégia, e não como um conjunto de programas orçamentários e financeiros, e situando-a em lugar adequado na pirâmide estratégica, é que poderemos conduzi-la com eficácia e através dela manter a dissuasão pelo menor preço.

A análise das diversas estratégias certamente não simplifica o problema; ao contrário, deixa à vista toda a complexidade existente no assunto. Em contra-partida, poderemos reconhecer que a abstração necessária da estratégia conduz a conclusões práticas e que essas conclusões, à medida em que são descobertas, tornam mais compreensíveis as relações existentes entre os diversos fatores concorrentes e cujo domínio é absolutamente indispensável à conduta da guerra, como à conservação da paz.

IV — PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA

Comportará a estratégia regras capazes de orientar o raciocínio na escolha das soluções?

A estratégia militar clássica desenvolveu-se baseada em tais regras e pretendia, mesmo, nelas ver leis de valor permanente e geral, que lhe dariam uma estabilidade contrastante com a variação periódica dos processos táticos, por sua vez, função da evolução dos materiais.

Hoje, temos boas razões para duvidar da estabilidade da estratégia. Entretanto, se existem regras, elas constituiriam o elemento fixo do pensamento estratégico, enquanto variariam apenas as suas aplicações. É muito difícil tratar dessa importante questão em poucas páginas. Podemos, contudo, tentar rápido exame das idéias correntes sobre o assunto. Veremos quão limitadas são as conseqüências possíveis de apurar.

AS TEORIAS

As regras formuladas pelos principais autores se caracterizam pela extrema diversidade. Os resumos que se seguem são evidentemente sumárias caricaturas que permitem, entretanto, situar os tipos de leis propostas.

Para Clausewitz existem três regras principais: a concentração de esforços, a ação do forte contra o forte e a decisão pela batalha no teatro principal, tanto quanto possível sob a forma ofensiva-defensiva. Essas regras são do domínio da estratégia geral e da estratégia operacional militar, correspondendo ao modelo n. 5 descrito antes.

Liddell Hart, ao contrário, propõe seis regras positivas e duas negativas e cuja parte essencial se resume em quatro afirmações: dispersão do adversário pela aproximação indireta; surpresa, pela escolha de ações imprevistas; ação do forte contra o fraco; decisão nos teatros secundários. Elas se relacionam com os mesmos escalões estratégicos mencionados para as de Clausewitz, mas correspondem, de modo sumário, ao modelo n. 3.

Mao Tse Tung fixa seis regras: recuo em face do avanço inimigo, por retiradas centrípetas; avanço em face da retirada inimiga; estratégia de um contra cinco; tática de cinco contra um; reaprovisionamento às

custas do adversário; coesão íntima entre os exércitos e as populações. Trata-se ainda de estratégia geral e operacional, ambas militares, desta vez, com vistas ao modelo n. 4.

Lenine e Stálin formulam três regras principais: coesão moral do país e do exército na guerra total; importância decisiva das retaguardas; necessidade de preparação psicológica da ação de força. Aqui temos presente a estratégia total, num nível que se pode aplicar a vários modelos de estratégia.

A escola estratégica contemporânea dos Estados Unidos, conclui por duas regras: dissuasão gradativa e resposta flexível. E ainda estratégia total, correspondendo desta vez, com o cuidado de dissuasão e de limitação dos conflitos, à estratégia do modelo n. 1.

Mais remotamente, Mahan havia formulado sua famosa regra da importância decisiva do domínio dos espaços marítimos; Mackinder, ao contrário, proclamou a superioridade do espaço continental. De seu lado, nos anos "trinta", Douhet havia profetizado o caráter decisivo da potência aérea.

Enfim, a escola estratégica francesa tradicional, representada por Foch, tinha concentrado a estratégia em duas regras de grande abstração: a economia de forças e a liberdade de ação — as quais, por sua própria abstração, podem ser aplicadas a todas as estratégias.

CONCEITO CENTRAL

As regras propostas, como se pode ver, constituem antes a idéia geral de algumas soluções particulares, do que mesmo leis gerais, o que explica suas divergências. Apenas as regras estratégicas de Foch constituem por si mesmas leis gerais, mas sua abstração permite que se extraia delas poucas consequências práticas, pelo menos à primeira vista. Veremos, entretanto, que tais regras constituem um bom quadro para analisar os problemas em foco.

Antes, todavia, convém esclarecer as noções por elas representadas. Para fazê-lo, retomemos nossa definição de estratégia: "a arte da dialética das vontades empregando a força para solucionar seu conflito". Esse jogo de vontades produz a oposição de dois jogos simétricos, cada um deles procurando atingir o ponto decisivo do outro, por uma preparação tendendo a apavorar, a paralisar e a surpreender — ações essas, notemos de passagem, com fins de natureza psicológica.

Pode-se portanto discernir, em toda estratégia, dois elementos distintos e essenciais:

1. a escolha do ponto decisivo a atingir, que é função das vulnerabilidades do adversário;
2. a escolha da manobra preparatória, que permitirá atingir esse ponto decisivo.

Como ambos os adversários procuram proceder da mesma maneira, a oposição das duas manobras preparatórias dará o sucesso àquele dos contendores que souber impedir a manobra do inimigo e conduzir a sua até o objetivo. É o que Foch denomina, na estratégia clássica, "conservar a liberdade de ação". A luta das vontades se reduz portanto a uma luta pela liberdade de ação.

Se formos bastante mais fortes que o adversário, será fácil conservar nossa liberdade de ação, empregando todo o poder necessário para paralisar a manobra inimiga, conservando ainda os meios adequados para dar-lhe o golpe decisivo. Essa hipótese é extremamente rara. Normalmente, seremos levados a repartir os meios de modo racional entre a proteção contra a manobra preparatória e a execução da ação decisiva. Essa repartição é chamada na estratégia clássica de "economia de forças".

Dessa maneira, a análise do esquema da luta em termos abstratos se reduz a "atingir o ponto decisivo graças à liberdade de ação". Chegamos agora ao limiar de um estudo raramente empreendido sob forma sistemática, o que contribuiu, não pouco, para manter uma sorte de esoterismo sobre essas questões. Trata-se da análise das diversas possibilidades oferecidas à decisão estratégica.

ELEMENTOS DA DECISÃO ESTRATÉGICA

Toda solução estratégica está relacionada a "três eixos de coordenação": tempo, lugar e quantidade das forças materiais e morais que definem uma situação instantânea; além disso, há o fator complexo que chamaremos "manobra", que determina a sucessão e a inter-relação das situações sucessivas.

a. — O fator MANOBRA que, de certa maneira, domina os outros, é aquele que resulta da dialética da luta, da esgrima abstrata dos dois contendores. A comparação com a esgrima permite reconhecer imediatamente um certo número de ações e reações:

— *ofensivamente*: "atacar", operação que pode ser precedida ou seguida pelas ações de "ameaçar", "surpreender", "dissimular", "enganar", "faticar", "forçar" e "atormentar"; ao todo oito tipos;

— *defensivamente*: "guardar-se", "aparar", "responder", "livrar-se", "esquivar-se" e "romper"; ao todo seis tipos.

Do mesmo modo, *no que concerne às forças*, podemos conceber cinco tipos de decisão: "concentrar", "dispersar", "economizar", "incrementar" e "reduzir".

Essas dezenove alternativas, combinadas com uma escolha de TEMPO e LUGAR, constituem a chave do jogo estratégico.

O quadro número 1, mostrado a seguir, dá uma definição de caráter geral de cada um desses tipos de ação, indica as condições pressupostas e resume os resultados que podemos esperar. Ver-se-á que todos se relacionam com a LIBERDADE DE AÇÃO, seja para tomá-la ou retomá-la.

seja para dela privar o adversário. Ver-se-á também que o meio de conseguir-se a liberdade de ação depende de saber-se assegurar a INICIATIVA, fator essencial da manobra.

QUADRO 1

AÇÃO	DEFINIÇÃO	CONDIÇÕES PRESSUPOSTAS E OBSERVAÇÕES	CONSEQUÊNCIAS ESPERADAS
Atacar	Procurar atingir uma vulnerabilidade contrária.	É necessário que a vulnerabilidade seja decisiva, total ou parcialmente, e que os meios sejam suficientes.	Decisão ou tomada de iniciativa (visando a liberdade de ação).
Surpreender	Atacar uma vulnerabilidade desprotegida.	É necessário que esteja realmente desprotegida e seja bastante sensível.	Ruptura das disposições do adversário e de seu moral. Tomada da iniciativa (visando a liberdade de ação).
Dissimular	Ameaçar uma vulnerabilidade escolhida, de modo que a parada inimiga descubra a que e queiramos atacar.	É necessário que a vulnerabilidade escolhida esteja mal protegida e que seja suficientemente sensível.	Forçar o adversário a cobrir a vulnerabilidade ameaçada. Tomada da iniciativa (visando a liberdade de ação).
Enganar	Sentido restrito: simular o ataque a uma vulnerabilidade e atacar uma outra.	Como acima, a ameaça visa manter a incerteza e não, determinar a parada.	Preparo da tomada da iniciativa (visando a liberdade de ação).
	Sentido geral: aparentar uma atitude diferente da real.	A incerteza pode até contradizer um falso sentimento de segurança.	Visando a liberdade de ação.
Forçar	Atacar uma vulnerabilidade, mau grado a oposição inimiga.	Os meios devem ser suficientes para ação de força. Explora a iniciativa obtida.	Visa privar o adversário de sua liberdade de ação ou de usá-la (visando nossa liberdade de ação).
Fatigar	Obrigar o adversário a despendar sua energia e seus meios para defender suas vulnerabilidades.	Como acima. Todavia o processo de usura é sempre recíproco. É interessante somente quando dispomos de meios superiores ou se a "relação" das usuras recíprocas é positiva.	Visa privar o adversário de suas reservas de energia ou de meios e portanto de suas possibilidades de iniciativa (visando nossa liberdade de ação).

AÇÃO	DEFINIÇÃO	CONDIÇÕES PRÉ-EXISTENTES E OBSERVAÇÕES	CONSEQUÊNCIAS ESPERADAS
Atormentar	Colocar-se em condições de atingir as vulnerabilidades do adversário.	Baseia-se numa esquivia que visa à retomada da liberdade de ação perdida.	Guardar a iniciativa (visando a liberdade de ação).
Guardar-se	Realizar um dispositivo que permita cobrir em tempo nossas vulnerabilidades.	Repousa num cálculo de forças e de prazos.	Visa a segurança contra uma retomada da iniciativa (tendo em vista a liberdade de ação).
Livrar-se	Mudar o dispositivo, para conduzir o ataque adversário sobre vulnerabilidades protegidas.	Possuir os meios necessários. Ao "livrar-se", muda-se o sentido da luta.	Visa o restabelecimento da segurança (tendo em vista a liberdade de ação).
Aparar	Proteger uma vulnerabilidade atacada.	A proteção deve ser eficaz e não exigir a desproteção de outras vulnerabilidades.	Visa o restabelecimento da segurança (como acima).
Responder	Atacar uma vulnerabilidade contrária, tal que obrigue o inimigo a abandonar seu ataque.	É necessário que a vulnerabilidade seja decisiva ou ao menos muito sensível ao adversário.	Visa a retomada da iniciativa (tendo em vista a liberdade de ação).
Esquivar-se	Colocar a vulnerabilidade atacada fora do alcance do adversário.	Deve obrigar o adversário a um novo dispositivo. Não deve desproteger outra vulnerabilidade.	Restabelecimento da segurança (visando a liberdade de ação).
Romper	Esquivia geral abandonando um objetivo limitado.	O objetivo abandonado não deve ser decisivo.	Restabelecimento da segurança (como acima).
Ameaçar	Tomar dispositivo que permita atacar vulnerabilidade do adversário.	Possuir os meios. Ameaçar uma vulnerabilidade realmente sensível.	Com fins de limitar a liberdade de ação do inimigo (visa a liberdade de ação).

As considerações partindo da esgrima podem parecer, à primeira vista, ter apenas relação longínqua com a estratégia moderna. Mas não é assim. O quadro número 2, a seguir, a título de exemplo, mostra as formas de ação correspondente a cada uma das soluções, inicialmente na estratégia militar da guerra 1939—1945 e após, na atual estratégia de dissuasão.

QUADRO 2

AÇÃO	EQUIVALÊNCIA NA ESTRATÉGIA MILITAR DA II G M	EQUIVALÊNCIAS NA ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO	
		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Atacar	Operações Overlord, 1944 e Ardenas, 1940.	Realizar um progresso técnico em que o sistema de segurança adversário seja surpreendido em falta.	Armas termonucleares dos E.U.A. e posteriormente soviéticas. Programa de foguetes soviéticos em Cuba, 1962.
Surpreender	Ofensiva alemã das Ardenas em 1944. Desembarque aliado na África do Norte.	Realizar progressos com grande antecipação sobre as previsões.	Foguetes soviéticos; bombas atômicas e termonucleares da URSS.
Dissimular	Ofensiva alemã na Holanda em 1940.	Induzir o adversário por progressos em linha tecnológica, sobre uma direção diferente daquela que realmente se vai tomar.	Bombardeios soviéticos de 1955 (?)
Enganar	Ameaça aliada de 1940 sobre Bolonha antes do desembarque.	Fazer crer que se vão realizar certos progressos ou ocultar progressos que realizamos.	Espaço (?)
Forçar	Batalha da Normandia, Saint-Lô e El Alamein.	Ultrapassar o adversário em performances no domínio onde ele faz esforço.	Aumento da velocidade e teto dos aviões, E. U. A. em 1955.
Fatigar	Verdun — 1916; Stalingrado e campanha da Rússia; bombardeios aéreos na Alemanha.	Obrigar o adversário a desgastes importantes e maiores que os nossos, em um domínio onde esteja encajada a competição.	O conjunto da competição tecnológica.
Persuadir	Campanha de 1940 na França, por parte dos alemães.	Explorar a superioridade para obter uma vantagem política parcial.	Cobertura soviética ao Egito e a Cuba. Operação do Líbano.
Aparar	A batalha da Normandia, de parte dos alemães.	Restabelecer o sistema de segurança por intervenções ou realizações diversas.	Linha DEW. Submarinos atômicos e Polaris. Reforço da cultura de defesa.

AÇÃO	EQUIVALÊNCIA NA ESTRATÉGIA MILITAR DA II G M	EQUIVALÊNCIA NA ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO	
		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Responder	Do lado alemão, batalha das Ardenas em 1944.	Responder a um progresso técnico por um outro em que o sistema de segurança do adversário seja surpreendido em falta.	Programa de foguetes soviéticos. Cuba, 1962, de parte dos E. U. A.
Esquivar	Recoo alemão sobre a Lorena, após a batalha da Normândia.	?	?
Romper	Armistício francês de 1940.	Acôrdio de desarmamento ou retirada política para evitar o "show-down".	Cuba, 1962, do lado soviético.
Guardar-se	Defesa da Grã-Bretanha, em 1940.	Estar à frente do progresso técnico do adversário.	Corrida tecnológica e Informação.
Livrar-se	Guerra naval no Mediterrâneo para isolar Rommel na Líbia.	Obter vantagens que obriguem o adversário a modificar suas disposições ofensivas.	Arma atômica táctica.
Ameaçar	Ameaça de desembarque na França, até 1944.	Tomada de disposições que conduzam ao desencadeamento de ações que levem ao extremo esforço.	"Force de frappe" (S.A.C.). Armas atômicas tácticas. Tática de sobrevivência.

Um quadro análogo poderia ser feito para a estratégia total, estratégia "indireta" e até para as estratégias financeira, diplomática e política. Vê-se, por exemplo, que o equivalente estratégico da Batalha das Ardenas, em 1944, em estratégia de dissuasão, é o programa soviético de foguetes balísticos intercontinentais e o que corresponde à campanha naval aliada de 1943-44, no Mediterrâneo, é o desenvolvimento da arma atômica táctica. A clássica noção de segurança, obtida na base de forças convenientemente distribuídas, em dissuasão corresponde estar à frente dos progressos do adversário; a liberdade de ação, que resultava da iniciativa, transformou-se, na dissuasão, em incremento do potencial (segurança), como na capacidade de sobrevivência e na dúvida sobre a possibilidade de chegar ao extremo esforço (ameaça).

O reconhecimento dessas equivalências é extremamente importante, por introduzir na conduta da estratégia uma noção "consciente" da ma-

nobra que se desenrola e das possibilidades de reação que devem ser encaradas.

b — As doutrinas de manobra

Para a escolha dessas reações, encontramos-nos em presença de diversas doutrinas opostas.

A primeira, que designo como a doutrina da “dinâmica racional”, leva em conta o poder das forças em presença e recomenda a solução mais consentânea com o melhor rendimento dessas forças; procurar-se-á a concentração de esforços a fim de desbaratar a massa principal inimiga, o que ocasionará a derrota do restante. Será a luta do forte contra o forte e a decisão deverá ser obtida no teatro principal. Essa foi a estratégia deduzida das teorias de Clausewitz, no fim do Século XIX, e que inspirou na França o famoso plano “17” de 1914.

A segunda, que designo como “doutrina das combinações”, considera o valor psicológico da ação que vai ser empreendida e recomenda escolher a solução cujo efeito seja derrotar, desorientar, “iludir” as previsões do adversário; isso conduzirá, na maioria das vezes, a dispersar suas próprias forças (ou esforços) para levar o adversário a fazê-lo também, e a procurar a vitória por ações do forte contra o fraco, à medida das necessidades, sobre teatros secundários ou mesmo excêntricos. Essa estratégia tem sido brilhantemente apresentada por Liddell Hart em nossos dias, a título de antídoto da estratégia clausewitziana, como tradição essencialmente britânica.

Outras doutrinas existem, hoje ultrapassadas: a doutrina geométrica, deduzida pelos prussianos da ordem oblíqua de Frederico II, e a doutrina geográfica de Jomini, correspondente a uma interpretação das vitórias de Bonaparte.

Na realidade, nenhuma dessas doutrinas apresenta valor absoluto. Se excetuarmos a doutrina geométrica, em verdade já morta (a doutrina francesa de 1930 não será uma retomada da doutrina geométrica sob outras formas?), cada uma dessas doutrinas corresponde a um jôgo que pode ser o melhor em dadas circunstâncias e o pior em outras: a “dinâmica racional” corresponde ao caso, seja quando se é o mais forte (por que então fazer tanta cerimônia?), seja quando um adversário superior em forças se dispersou perigosamente; as “combinações” se impõem se formos o mais fraco e serão sempre úteis para assegurar a superioridade, naturalmente sob a condição de que se saiba evitar dispersão maior que a do inimigo; a “geografia” desempenha um papel muito importante em estratégia militar quando o teatro de operações é pobre em comunicações (como o caso da Europa ao tempo de Napoleão) e forma um “tabuleiro de xadrez” bem definido. (Em nossos dias o tabuleiro é constituído pelos mares e continentes).

A escolha das reações deve ser portanto orientada unicamente pelo estudo da situação particular em causa e, muitas vezes, deveremos fazer uso sucessivo de várias doutrinas.

c — Os “modos” de estratégia

No estudo de um plano de operações, geralmente seremos conduzidos a definir uma atitude de conjunto, de acordo com a doutrina que melhor corresponda à situação dos dois partidos em luta. Voltamos assim ao problema da seleção de um dos “modelos” que examinamos antes. No planos das idéias, esses diversos modelos se ordenam segundo dois “modos” principais: a estratégia direta e a estratégia indireta.

A *estratégia direta*, que corresponde aos modelos “1”, “3” e “5”, nada mais é que a concepção fundada sobre a busca da decisão ou dissuasão, pelo emprêgo ou existência de forças militares consideradas como o meio principal. É, portanto, a estratégia de Clausewitz, generalização do modo de conceber baseado na dinâmica racional. Foi ela que inspirou os chefes no conflito de 1914 e os chefes alemães e americanos da guerra 1939-1945. É ainda ela que reina sobre a oposição potencial das forças nucleares. A estratégia direta pode igualmente empregar o conceito de “combinações”, notadamente no que se relaciona com a aproximação indireta.

A *estratégia indireta* corresponde aos modelos “2”, “3” e “4”. Ela inspira todas as formas de conflito que não buscam a decisão diretamente, pelo “confronto” das forças militares, senão por procedimentos os menos diretos, sejam de ordem política ou econômica (guerra revolucionária), sejam mesmo de ordem militar, atuando por ações sucessivas, interrompidas por negociações (estratégia hitleriana de 1936 a 1939). Esta estratégia adquire uma voga cada vez maior, após a crença de que a ameaça de guerra integral, sob o modo direto, parece conduzir à destruição recíproca, inaceitável. Sua teoria, complexa e sutil, é ainda mal conhecida. Na guerra fria seu papel é permanente e talvez seja agora a única estratégia utilizável, após a paralisia da estratégia direta, com o advento das armas atômicas.

Na realidade, esses dois “modos” coexistem e se completam: a dialética do mundo atual comporta simultaneamente uma dialética nuclear, sob a forma da estratégia direta, que tende a neutralizar reciprocamente as grandes potências industriais, enquanto que pelas malhas do sistema de dissuasão assim criado, se insinuam as ações multiformes da dialética política, sob a forma de estratégia indireta. Como a música, a estratégia dispõe de um tom maior e um tom menor.

d — O fator variabilidade

E isso não é tudo. Na elaboração do conceito estratégico deve ser ressaltado um outro fator importante, o da variabilidade dos meios e dos ambientes. Em nossa época o mundo evolui velozmente, tudo permanecendo em perpétua transformação. A Alemanha de 1963 não tem as mesmas possibilidades, por exemplo, das disponíveis em 1938. A opinião mundial não está mais animada das mesmas crenças e não

reage mais do mesmo modo. Os instrumentos da estratégia variam também com velocidade assustadora: o avião de 1945 estava ultrapassado em 1950; o de 1950 está fora de cogitações em 1960, e assim por diante.

Disso resulta que a estratégia não se pode apoiar em qualquer precedente e que não se dispõe de nenhuma unidade de medida estável. Os cálculos devem apreciar, constantemente, o valor de uma realidade cambiante, não só no presente como no futuro, e muitos anos para a frente, o que cria uma dificuldade suplementar considerável. Em lugar de deduções firmes e objetivas, a estratégia deve proceder sob hipóteses e criar suas soluções por meio de legítimos inventos.

Esse aspecto da estratégia é um daqueles que têm sido pouco compreendidos, até os últimos anos. Desde muito tempo atrás, a evolução tinha sido demasiado lenta para levar-nos a acreditar na possibilidade de fundar-se sobre a experiência. Se o método histórico conserva hoje algumas possibilidades, está longe de bastar inteiramente e há muito tempo que o espírito clarividente de Valéry tinha reconhecido o perigo. Limitadas as hipóteses, a estratégia deve manobrar no tempo como havia aprendido a manobrar no espaço; longe de proceder por hipóteses rígidas e arriscadas, como o desejaram certas teorias recentes, geralmente de origem americana, fundadas sobre a análise matemática das probabilidades — ela pode basear-se num feixe de possibilidades e organizar-se de tal sorte que essas possibilidades sejam vigiadas para determinar a tempo aquelas que se verificam e desenvolvem e as que desaparecem de cena. Ainda aí se introduzirá um fator de manobra, isto é, previsões contra-aleatórias, que permitirão colar-se o mais cerrado possível à evolução.

Quanto à invenção, indispensável para achar, com instrumentos novos ou renovados, a solução futura correspondente a uma dada situação, ela escapa a qualquer regra. Digamos somente que ela deve excluir a rotina — tão fortemente ancorada nas tradições militares através do "regulamento" — e dar caminho livre à imaginação e à meditação.

Essas realidades incontestáveis da estratégia moderna, arrastadas como nossa civilização pelo progresso exponencial da Ciência, deverão provocar profunda reforma em nossos hábitos. O importante não é o presente e sim o futuro. Os prazos de realização de não importa qual seja a manobra (criação de novas armas, mudança de atmosfera psicológica, modificação de equilíbrios internacionais) exigem muitos anos e comandam o futuro. "A preparação prepondera sobre a execução", o que significa que não adianta gastar milhões para uma defesa nacional cujo valor futuro é incerto, e que é essencial, então, estar informado e saber prever.

Essas duas necessidades chegam hoje a dar ênfase e atribuir despesas a poderosos órgãos de informação e de estudos, capazes de acompanhar a conjuntura e conduzir a manobra da evolução do poder, por decisões calculadas, tomadas a tempo. Talvez se encontre nisso

a reforma mais urgente e importante, se quisermos permanecer à altura do nosso tempo.

Este rápido exame é ultimado com uma comparação que não é mais que uma caricatura: o estrategista é como o cirurgião que deve operar um doente em estado de crescimento continuado e extremamente rápido, sem estar seguro sobre sua "topografia" anatômica, em uma mesa de operações em movimento perpétuo, com instrumentos cirúrgicos que devem ser entrevistados por antecipação ao menos cinco anos antes...

CONCLUSÕES

Vê-se quanto a parte de xadrez da estratégia pode ser complexa; ela se desenrola ao mesmo tempo, com o mesmo número de alternativas, ao nível de cada uma das estratégias que devem ser combinadas para uma mesma decisão. Um cérebro eletrônico poderá fornecer ajuda, mas não poderá prever tôdas as possibilidades de ação e reação, além de alguns lances! É o que explica que quase nunca foi tentada a conduta científica da estratégia e quando o foi — notadamente no período napoleônico — as condições particulares da época permitiram reduzir consideravelmente o número de fatores em jogo.

No caso geral, o estrategista deve levantar estimativas de fatores muito numerosos, que serão essenciais, e limitar seu raciocínio a êsses fatores. É o que faz que seja a estratégia uma arte e não uma ciência. Nenhum artista jamais pinta um quadro partindo de uma relação completa de regras teóricas. Apenas em algumas vezes êle se refere a certas regras para verificar se sua obra mantém sua lógica interna. O mesmo ocorre com a estratégia, o que explica haveremos cometido tantos erros.

V — A APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Referindo-se às regras de bom senso da estratégia, disse Napoleão que era "uma arte simples mas tôda de execução". Ressalta assim a importância da aplicação. É evidente que se fazem necessárias muita resolução, uma cabeça fria para que as decisões sejam calculadas e uma vontade bravia para manter o esforço na direção do fim visado. Qualidades raramente reunidas num mesmo ser, donde se depreende ter sido pequeno o número de verdadeiros homens de guerra, que devem ser, ao mesmo tempo, pensadores e homens de ação.

No plano das idéias, contudo, a execução levanta um problema capital e cuja incompreensão conduziu a numerosas derrotas, entre as quais a da França em 1940. Refiro-me às relações entre a estratégia e as táticas. Do mesmo modo que a estratégia é o meio de aplicação da política violenta, as táticas constituem os meios de aplicação da estratégia. Corresponde a dizer que as táticas devem ser subordinadas à estratégia, e não vice-versa.

Ora, numerosos autores, citando apenas os contemporâneos, como Fuller, Rougeron e Toynbee, por exemplo, explicam toda a evolução da estratégia pela evolução das técnicas: a falange, a legião, "le cata-phracte", o alabardeiro turcomano, a pólvora, o fuzil de tiro rápido, a metralhadora, a ferrovia, o carro de combate e a motorização, o avião, a arma atômica, etc., que têm marcado as grandes mudanças; logo, todo o esforço deve ser realizado sobre invenções de técnicas novas e a adequação de táticas apropriadas. A estratégia que deverá manejar essas táticas deve-lhes ser subordinada.

Trata-se de um contra-senso extremamente grave e tanto mais perigoso porque contém grande parte de verdade, mas apenas parte dela.

É verdade que o adiantamento técnico constitui fator essencial de poder. Todos compreendemos que não é possível deter um carro com fuzis, abater um avião com flechas, ou que a superioridade adquirida pelos Romanos com o armamento e tática de suas legiões, permitiram-lhes conquistar a maior parte do mundo antigo. É evidente que o avanço técnico e tático confere considerável vantagem àquele que deles se beneficie e isso porque esse adiantamento fornece meios suplementares ou mais eficazes à estratégia.

Entretanto, tal adiantamento pode revelar-se inútil, se empregado em proveito de uma estratégia inadequada. Esse é o ponto essencial que convém ter sempre presente em nosso espírito. Lembremo-nos de nossa experiência recente na Argélia: permitiram-nos nosso moderno armamento e equipamento obter a decisão? Realmente não há tática ótima por si mesma, mas toda tática vale em face da tática do adversário. Podemos constatar, por exemplo, que o avião e o carro de combate foram suplantados pela guerrilha e que a arma atômica não permitiu aos Estados Unidos obter na Coreia mais que um armistício de compromisso. Isso significa que há qualquer coisa que deve dominar a tática: a escolha das táticas. Se escolhermos combater os carros com uma infantaria a pé, como em 1940, estaremos irremediavelmente batidos; do mesmo modo, se decidirmos reduzir a guerrilha por meio da tática de fortins, como chegou a fazer Tchang-Kai-Check.

Ora, a escolha das táticas é estratégia. Será a estratégia que decidirá a forma do conflito: ofensivo ou defensivo; insidioso ou violento; direto, ou progressivo e indireto; se buscaremos a luta no domínio político ou no domínio militar; se empregaremos ou não a arma atômica, etc. Teria sido insensato para os argelinos procurar o sucesso, por uma prova de força no domínio financeiro ou industrial, ou por uma batalha de modelo 1940 ou 1945. Ao contrário, é perfeitamente lógico que eles tenham optado por uma tática de guerrilhas, visando à decisão através da lassitude francesa e apoiando-se sobre a conjuntura internacional. Isto é estratégia e ela é que deve dirigir.

De outro lado, deve a estratégia não só escolher as táticas mas também orientar a evolução das táticas, a fim de que estas últimas possam desempenhar seu papel, tendo em vista a decisão. Foi assim, por exemplo, que a tática ofensiva de 1918, muito lenta para realizar a penetração, representou uma "tática possível" mas que não correspondia às necessidades da decisão; a "tática necessária", do ponto de vista da estratégia operacional, reclamava uma velocidade de progressão maior que aquela disponível pelos alemães em 1940, com suas divisões blindadas. Aceitando uma tática que não se superponha à "tática necessária", nós nos condenamos a uma estratégia militar estéril. O papel da estratégia, portanto, é fixar, às técnicas e às táticas, os objetivos para os quais elas devem tender em seus inventos e suas pesquisas.

Então, e somente então, a evolução será conduzida nas direções compensadoras, porque visarão ao objetivo da luta: a decisão.

VI — CONCLUSÃO

Na peça Siegfried, de Giraudoux, vemos aparecer, de tempos em tempos, generais alemães à procura de uma forma geral de guerra. Como uma espécie de pedra filosofal, que permitisse resolver todos os problemas! Essa imagem é uma caricatura da estratégia, como a alquimia é uma caricatura da química. A guerra é um fenômeno social muito complexo para deixar-se dominar, não importa por que fórmula simples, que não seja uma evidência. Entretanto a ciência moderna concluiu por realizar as transmutações procuradas pelos alquimistas, ainda que por vias diferentes. A mesma ciência moderna, que explica hoje a sociologia, deve procurar os meios de conduzir os destinos da humanidade, até agora abandonados a empirismos sumários.

Nessa pesquisa, a estratégia deve constituir uma das disciplinas mais importantes, porque ela é o meio de ação da política internacional e não é impossível que seus processos sejam aplicáveis à política sem adjetivos, ou mesmo em todos os domínios onde se enfrentam duas vontades contraditórias.

Será pelo conhecimento dos métodos e processos da estratégia e pelo seu emprêgo consciente que as lutas inevitáveis poderão ser conduzidas com o descarte dos erros que causaram o desmoronamento da Europa. Pode-se mesmo esperar que, graças a êsse domínio, poder-se-ão evitar numerosos conflitos e — por que não? — que o conhecimento da arte de lutar conduzirá à elaboração de uma verdadeira "arte de paz", fundada não mais sobre tendências morais, mas sobre realidades eficazes, como a atual estratégia de dissuasão.

A estratégia, contudo, não é mais que um meio. A definição dos fins que deve procurar atingir é do domínio da política e depende essencialmente da filosofia que queremos ver predominar. O destino do homem é função da filosofia que ele mesmo escolher e da estratégia pela qual ele procurará fazê-la prevalecer.

NOTA — (Colaboração do Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi, oficial de Estado-Maior e diplomado pela ESG — Paris).

O General Beaufre, quando na ativa, exerceu várias das mais destacadas funções militares, dentre as quais ressaltamos:

- Chefe de Operações do I Ex Francês, na II GM;
- Subchefe do Estado-Maior das Forças Terrestres da Europa Ocidental;
- Adjunto do Comandante-em-Chefe francês (Gen de Lattre de Tassigny), na guerra da Indochina;
- Chefe do Grupo Interaliado de Estudos Táticos;
- Comandante de Zona Operacional, na Argélia;
- Comandante do C Ex Francês, na expedição a Suez;
- Adjunto do Chefe do Estado-Maior do SHAPE;
- Representante da França no Grupo Permanente da OTAN (Washington).

O presente artigo constitui o Cap. I do livro do Gen Beaufre, "INTRODUCTION A LA STRATÉGIE" (ainda inédito no Brasil), que tem prefácio do renomado autor de obras militares — B. H. Liddell Hart.

Afirma o prefaciador que ninguém, na época contemporânea, poderia escrever sobre o assunto com experiência prática mais vasta que a do Gen Beaufre. Considera que o título do livro é exageradamente modesto, pois, "na realidade, é o tratado de estratégia mais completo e mais cuidadosamente formulado, dos que foram publicados nesta geração", e mais, "em muitos aspectos, supera todos os tratados anteriores".

Tecendo uma série de comentários gerais sobre a "Introduction à la Stratégie", conclui Liddell Hart afirmando que a obra representa "notável contribuição ao compo do pensamento sobre os elementos fundamentais da guerra", e prevê que ela se tornará um clássico da estratégia.

